



6º PLANO DE AÇÃO NACIONAL

DEVOLUTIVA DA PRIORIZAÇÃO DOS TEMAS INDICADOS PELO GOVERNO

O processo de elaboração do 6º Plano de Ação brasileiro, no âmbito da Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership - OGP), está sendo realizado conforme [metodologia](#) que prevê a realização de três fases de trabalho: i) Definição de Temas; ii) Oficinas de Cocriação; e iii) Aprovação do Plano.

A fase de Definição dos Temas compreendeu a etapa de seleção de temas a serem desenvolvidos por meio de políticas de Governo Aberto. Foram selecionados quatro temas propostos pela sociedade civil, e quatro temas propostos pelo governo que serão aprofundados e discutidos por atores especializados. Esses especialistas do governo e da sociedade trabalharão nesses temas com a finalidade de construir, em conjunto, os compromissos do 6º Plano de Ação Nacional baseados nos princípios de transparência, participação social e responsividade.

Os temas da sociedade civil foram indicados e priorizados por meio de consultas públicas. Para mais informações sobre o processo de seleção de temas da sociedade civil, acesse [aqui](#).

Os quatro temas de governo foram selecionados entre as 58 sugestões recebidas por meio de formulário eletrônico encaminhado aos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Contamos com a participação de 35 órgãos e instituições de diferentes esferas e poderes no processo seletivo. Para a priorização dos temas levou-se em consideração questões estratégicas para o Governo Federal; a diversidade das temáticas apresentadas; o interesse e a disponibilidade do órgão responsável pela temática a ser trabalhada; a maturidade das propostas em relação às diretrizes de governo aberto e o seu potencial transformador.

Baseado nos critérios acima, foram priorizados os seguintes temas:

Tema	Órgão
Arranjos para promover inclusão e participação social: metodologias para avaliação dos serviços públicos ofertados com foco nos usuários	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
Educação digital para pessoas idosas	Ministério dos Direitos Humanos
Participação Social com Educação Popular e Digital nos Territórios	Secretaria-Geral da Presidência da República
Políticas de Ações Afirmativas Raciais e Dados abertos	Ministério da Igualdade Racial

O processo de indicação dos temas mobilizou os gestores públicos e resultou em um grande volume de contribuições, enriquecendo o debate e evidenciando a relevância de diversos assuntos. Por essa razão, os demais temas, listados abaixo, apesar de não terem sido priorizados na fase de Definição de Temas do 6º Plano de Ação, poderão ser considerados em outras iniciativas de promoção do governo aberto a serem conduzidas pela CGU e durante o processo de revisão do Plano a ser realizado após os primeiros 2 anos de execução do plano conforme diretrizes da OGP.

Tema	Órgão
Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, em especial dos Planos Regionais de Desenvolvimento	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
Ampliação da Transparência da Execução Orçamentária da DPU por Unidade	Defensoria Pública da União
Aplicação obrigatória e adequada do quesito raça/cor nos registros administrativos do Governo Federal; Cumprimento de medidas de ações afirmativas em chamadas públicas e processos seletivos da Adm. Pública Federal; Implementação e efetividade de estruturas de intersetorialidade de gênero e raça no Governo Federal, como as Assessorias de Participação Social e Diversidade e outras.	Ministério da Igualdade Racial
Aprimoramento na política de divulgação de dados no âmbito da administração pública	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR)
Aprimorar a promoção e a proteção dos direitos fundamentais para tornar mais acessível o acompanhamento de políticas públicas	Ministério Público Federal
Aprimorar a transparência dos órgãos executores das políticas públicas de saúde por meio de disponibilização de informações de fácil de acesso em sites e plataformas digitais	Ministério Público Federal
Aprimorar os meios de participação social com disponibilização de uma plataforma de participação unificada que concentre as demandas do Governo Federal	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Adaptação às mudanças do clima e redução de vulnerabilidades a eventos climáticos extremos	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Atuação da DPU na Promoção e Proteção de Direitos Humanos	Defensoria Pública da União
Atuação extrajudicial da DPU e o impacto no processo de redução da judicialização	Defensoria Pública da União
Colaboração com organismos internacionais e outras instituições regionais e internacionais, para fortalecer a promoção e proteção dos direitos humanos e incentivar práticas de governo aberto	Defensoria Pública da União
Comunicação Institucional; Planejamento, avaliação e monitoramento; e Governança de dados e Integração de bases.	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Contribuição para promoção de diretrizes internacionais de governo aberto e proteção aos direitos humanos	Defensoria Pública da União
Custo das políticas públicas em dados abertos	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
Dados Abertos e Promoção da Transparência Ativa em Educação, Esporte, Cultura e Lazer	Ministério do Esporte
Dados e estatísticas de transporte e logística, bem como das cadeias globais de valor	INFRA SA
Defesa dos Direitos do Torcedor	Ministério do Esporte
Definição de critérios objetivos para destinação de recursos públicos na área de infraestrutura	Ministério do Esporte

Tema	Órgão
Democracia e dados abertos	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
Direitos Humanos e Dados Abertos - Maior disponibilização dos dados de Pessoas transgênero e não-binárias	Senado Federal
Direitos humanos no esporte	Ministério do Esporte
Energia e Mineração - Transição Energética e Mineral	Ministério de Minas e Energia
Espaços de diálogo entre governo e sociedade para a geração e implementação de ações voltadas à melhoria do transporte público no âmbito municipal	Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.
Esporte de alto desempenho e esporte como política de estado	Ministério do Esporte
Fomento e Promoção ao Futebol Feminino	Ministério do Esporte
Fortalecimento das ações de desenvolvimento regional do Governo Federal	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf
Governança de dados, segurança, confiabilidade e integridade das informações para oferecer políticas públicas e serviços de melhor qualidade, mais simples, acessíveis e a um menor custo ao cidadão	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Governança interministerial para intervenções em resíduos sólidos domiciliares; saneamento em áreas rurais; saneamento em favelas e áreas periféricas; e novo programa para apoio aos sistemas de manejo de águas pluviais	Ministério das Cidades
Governo Digital: desburocratização e simplificação de processos acadêmicos e gerenciais no sistema educacional brasileiro	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Guia de Trânsito Animal (GTA) – abertura e integração de bases: desafios, potenciais impactos da abertura e relações com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e outras legislações pertinentes	Ministério da Agricultura e Pecuária
Inovação Aberta associada a eficiência das contratações públicas	Ministério da Educação
Maturidade de ouvidorias públicas	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Mecanismos de gestão da informação destinados a facilitar o acesso à informação não protegida por todos e a troca de informações protegidas entre órgãos da administração, assegurado seu tratamento adequado pelos entes envolvidos	Ministério do Esporte
Meio Ambiente, Licenciamento Ambiental de obras de infraestrutura, Mudança Climática, Transição Energética, OIT 169, Agenda 2030 e ODS	INFRA SA
Melhoria da Transparência e Participação na Tomada de Decisões sobre Investimentos em Infraestrutura de Transportes	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Monitoramento de compromissos internacionais	Defensoria Pública da União
Monitoramento de Dados Abertos e LGPD	Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ

Tema	Órgão
O acesso de pessoas com deficiência a atividades esportivas	Ministério do Esporte
Participação e Governança nas Políticas Públicas de Esporte e Lazer; Intersectorialidade nas Políticas Sociais; Relação da Sociedade Civil e o Estado Brasileiro na garantia dos Direitos Sociais	Ministério do Esporte
Participação Social	Ministério da Pesca e Aquicultura
Políticas de incentivo ao Procedimento de Manifestação de Interesse Privado (PMI) para melhoria dos serviços de transporte de passageiros	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU
Políticas de mobilidade urbana para transporte de passageiros em municípios de grande e médio porte	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU
Previdência Complementar e Dados Abertos	Fundação de Previdência Complementar do Servidor do Poder Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe)
Processo de Mediação de Conflitos no âmbito das Ouvidorias Públicas	Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ
Programa de acompanhamento e monitoramento do acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – PROGRAMA BPC NA ESCOLA	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Programa de Integridade e ESG	Senado Federal
Projetos de inovação para aumentar as capacidades estatais para incorporação de princípios de governo aberto	Escola Nacional de Administração Pública - Enap
Segurança Pública e Direitos Humanos - Compartilhamento de dados de boletins de ocorrência com Sinesp (MJ)	Senado Federal
Transparência ativa da jornada produtiva e de capacidade empreendedora das pessoas inscritas no CADUNICO	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Transparência dos dados	Ministério do Esporte
Transparência nos conjuntos de dados de posse do governo	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
Transparência nos procedimentos de contratação - Inovação em procedimentos de contratação direta e licitações	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
Uso de dados dos conhecimentos tácitos gerados pelas instituições de pesquisa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa
Uso ético e responsável da Inteligência Artificial, por meio do estabelecimento de uma governança sólida e mecanismos de supervisão eficientes, no desenvolvimento da conectividade significativa no Brasil	Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel